

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.667 - MG (2019/0185238-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : MINASCOBRE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA
AGRAVANTE : WILSON FARJALLA
AGRAVANTE : MARIA NIOBE DE CARVALHO FARJALLA
ADVOGADOS : ANTÔNIO MARIOSA MARTINS - MG072269
MEIRE LÚCIA DE PADUA PEREIRA - MG074832
JOHN GRAHAN PEREIRA MORAGAS - MG101457
LUCIANO FERREIRA REIS - MG104456
JADIR ANTÔNIO CAMPOS JÚNIOR - MG123351
THAYLA MARTINS - MG148935
MARCELO RESENDE DE OLIVEIRA JUNIOR - MG163023
RAUL SOARES ESPER KALLAS - MG160809
CASSIO ABREU VIEIRA - MG177040
MATHEUS HENRIQUE DE SOUSA - MG184417
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO - SICOOB
CREDICOONAI
ADVOGADO : CAROLINA CASTRO ZOLINI - MG102100N

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MINASCOBRE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA - PESSOA JURÍDICA - OBRIGATORIEDADE DE COMPROVAÇÃO. 1. Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita às pessoas jurídicas, cabe a elas comprovar, cabalmente, a sua hipossuficiência. 2. Se a requerente não traz ao processo provas idôneas que demonstrem a sua incapacidade, mormente através de documentos contábeis, deve ser indeferido o benefício" (e-STJ fl. 342).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO. O recurso de embargos de declaração é cabível nas hipóteses de omissão, contradição ou obscuridade. Constatada a omissão no acórdão, deve ele ser integrado através dos embargos de declaração, ainda que não se altere o resultado do julgamento" (e-STJ fl. 367).

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 98 do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que fazem jus ao benefício da assistência judiciária gratuita.

Sem as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O Tribunal estadual assim analisou a controvérsia:

(...)

Nesse sentido, cumpre destacar que a Corte Especial do STJ consolidou entendimento, por meio de súmula publicada em 01/08/2012, no sentido de que pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, apenas faz jus à gratuidade de justiça caso comprove não possuir capacidade para arcar com as despesas processuais, a saber:

Súmula 481: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Todavia, do cotejo detido dos autos e dos documentos colacionados, não vislumbro qualquer documento suficiente a comprovar estar a agravante sem condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de sua manutenção.

Com efeito, data venia, revela-se insuficiente para a comprovação da hipossuficiência da pessoa jurídica a simples declaração de estar em procedimento de falência, mormente considerando o grande capital social integralizado pelos sócios” (e-STJ fl. 344).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Não cabe, na hipótese, a majoração dos honorários sucumbenciais prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, pois o recurso tem origem em decisão sem a prévia fixação de honorários.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator